

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSOES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério  
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —  
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —  
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —  
Francisco Escorsin

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-  
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Eley Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

##### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —  
Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

##### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-  
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-  
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P.  
Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin  
— Gilberto Carvalho

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —  
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.  
— Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-  
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

##### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —  
Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 119.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 27 de Junho de 1973 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Borsari Neto.

As quatorze horas, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — António Maciel — Arthur de Souza — Basilio Zanusso — Borsari Neto — Candido Martins de Oliveira — Domício Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Marciano Baraniuk e Wilson Fortes (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arizone Araújo — Aguinaldo Pereira Lima — Armando Queiroz — Ivo Tomazoni — Olavo Ferreira e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada a apreciação de Vetos Governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 142-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 115-72, de autoria do Dep. Antonio Belinati, que transfere ao D.E.R., a Rodovia Faxinal — Grandes Rios, passando por Porto Perigoso, bifurcando rumo ao Distrito de Rosário, Município de Ortigueira, e daí em diante toma a direção do Distrito Rio Branco, Município de Grandes Rios, terminando em Cândido de Abreu. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 28, quinta-feira, às 14,00 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 144-72.  
Levanta-se a Sessão.

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 120.ª Sessão Ordinária Realizada em 27 de Junho de 1973 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — António Belinati — António Costa — António Lopes Júnior — António Maciel — Arthur de Souza — Basilio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domício Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — João Fadel — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Marciano Baraniuk — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Mauricio Fruet e Wilson Fortes. (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arizone Araújo — Aguinaldo Pereira Lima — Armando Queiroz — Ivo Tomazoni — Olavo Ferreira e Xenofonte Villanueva. (6).

Verifica-se a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

#### S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

#### E X P E D I E N T E :

#### OFÍCIOS:

Do Senhor Senador Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, agradecendo o aplauso que foi consignado em Ata por esta Casa, à Emenda Complementar das Regiões Metropolitanas, relativa à inclusão de vários Municípios de Curitiba, por ele apresentada. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 479-73, do Senhor Luiz Carlos Toledo Barros, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, prestando informações em atenção ao Discurso pronunciado pelo Senhor Deputado Basilio Zanusso. Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n.º 214-73, do Senhor Shozo Kawasse, Presidente da Câmara Municipal de Assaí, encaminhando cópia do Requerimento de autoria do Senhor Vereador Pedro Manrique Arnaiz, solicitando providências no sentido de se-

rem procedidos diversos melhoramentos na BR-369. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 063-73, da Senhora Arlete Marinelli, Presidente da Câmara Municipal de Cambé, comunicando a aprovação por unanimidade, do Requerimento de autoria da Vereadora Maria Joana Toncsak, Líder da Bancada da Arena, do total apoio daquela Câmara ao Movimento dos Contabilistas e Comerciantes. — A conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, aos Projetos de Lei n.ºs 116.71 — 172.72 — 207.72 — 1.73 — 7.73 — 10.73 — 14.73 — 25.73 — 27.73 — 31.73 — 80.73 e aos Projetos de Resolução n.ºs 34.73 e 35.73.

— de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 108.73.

— de autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 70.73 e 83.73.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Ilustrado Plenário desta Casa, requer,

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Coronel Cássio de Paula Freitas, solicitando-lhe determinar realização de estudos visando a construção de uma ponte sobre o Rio da Várzea, na estrada que interliga os Municípios de Rio Negro-Lapa e Antonio Olinto, neste Estado.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1973.

(a) João Fadel

#### JUSTIFICATIVA:

A construção de uma ponte sobre o rio da Várzea é medida que se impõe no próprio interesse econômico do Estado, porquanto os Municípios de Rio Negro-Lapa e Antônio Olinto estão sofrendo através no escoamento da produção agrícola e industrial de toda a região, eis que, a antiga ponte quando das últimas enchentes ali ocorridas, caiu, não tendo sido, até agora, substituída. Assim, a estrada que serve aqueles Municípios acha-se seccionada justamente no ponto de maior movimento, o que impede que os veículos possam atingir a BR-476, já asfaltada, e dali demandarem aos centros consumidores.

Por outro lado, deve-se salientar a existência de um Posto Fiscal da Secretaria da Fazenda justamente na confluência dos três Municípios e cujo movimento vem sendo prejudicado seriamente em virtude da queda da ponte, eis que, atualmente, é mínimo o número de viaturas que ali transitam e mesmo assim apenas as que não suportam carga pesada, pois que a estrada, de modo geral, além da queda da ponte, também não está oferecendo boas condições de tráfego.

Estou certo, por outro lado, que o Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, terá como encontrar justificativas mais sólidas do ponto de vista técnico para apoio da pretensão ora externada, bem como os nobres Deputados, afeitos todos ao trato de problemas que dizem de perto aos legítimos interesses das comunidades interioranas, darão ao presente requerimento seu honroso e indispensável apoio, dada a evidência de sua oportunidade.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, expediente nos seguintes termos:

Considerando:

a) — Ser um dos objetivos principais daqueles que idealizaram a reforma do ensino no País, e por conseguinte do Governo, a formação de profissionais.

b) — Ser apreciável o número de estudantes nos Municípios de Nova Cantu e Jardim Alegre que desejam o curso Técnico de Contabilidade.

c) — Ser grande o número de estudante, que se desloca diariamente até outros centros, em busca de novos conhecimentos, enfrentando as mais sérias dificuldades.

d) — Ser impraticável, presentemente a criação de novas escolas, conforme orientação governamental.

Requer, seja estudada a possibilidade de se autorizar a extensão de uma turma do Colégio Comercial de Campo Mourão para Nova Cantu e do Colégio Comercial Barão de Mauá de Ivaiporã, para Jardim Alegre

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1973.

(a) Alvaro Dias

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, que deste documento que acabo de ler, sejam enviadas cópias aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Indústria e Comércio e o Presidente do Instituto Brasileiro do Café e Ministro da Agricultura.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1973.

(a) Antônio Maciel

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, respeitosamente,

Requer o encaminhamento de veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Jaime Lerner, digníssimo Prefeito Municipal compete urgentes providências que redundem no imediato fechamento do canal original do Rio Juvê, da Rua Souza Naves à Av. Afonso Camargo. O Requerimento encontra ampla justificativa no fato do leito primitivo haver sido desviado, através abertura de outro canal, permanecendo aberto o canal antigo há mais de cinco anos, transformando em depósito de detritos e foco de insetos e mais odores. O atendimento ao apelo, além de representar a inegável preocupação do ilustre Governador da cidade em atender os justos reclamos da população, traduzirá propósitos de prestígio aos representantes do povo.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1973.

(a) Nelson Buffara



## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja endereçado ao Sr. Marcos Prado, diretor do DETRAN, expediente nos seguintes termos:

Considerando:

a) — Ser pensamento da direção do DETRAN, segundo consta, fazer a redistribuição das Circunscrição de Trânsito do Estado, visando melhor atender os diversos Municípios.

b) — Ser Ivaiporã a 9.ª Comarca do Paraná em População e arrecadação, e que a cada dia vê agravar os problemas mais inerentes ao trânsito, com o crescente número de veículos.

c) — Que para licenciar seus veículos moradores de Municípios próximos, são obrigados a percorrer inexplicavelmente longa distância.

requer:

Seja estudada a possibilidade de se localizar em Ivaiporã uma Circunscrição de Trânsito, para atender a vasta região.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1973.

(a) Alvaro Dias

## PROJETOS DE LEI:

## PROJETO DE LEI N.º 144-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º — O Parágrafo único do artigo 1.º (primeiro), da Lei n.º 4.763, de 05-11-63, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único: — Não terá direito a este subsídio a viúva do suplente de deputado, salvo se este tiver assumido, por tempo superior a seis meses consecutivos ou doze meses alternados.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1973.

(a) Luiz Roberto Soares

## JUSTIFICATIVA:

O Plano de Lei, ora apresentado à apreciação da Casa, visa corrigir verdadeira injustiça insenta na Lei n.º 4.763, de 05-11-63, quando exclui do benefício as viúvas dos Suplentes que hajam assumido, por períodos intercalados, por tempo superior ao fixado na referida Lei. A preocupação do legislador deve, sempre, revelar o propósito de corrigir distorções altamente injustas. No caso, a redação pretendida ao parágrafo declinado tem por escopo estender o direito a percepimento de pensões às viúvas dos senhores suplentes que assumiram e realmente contribuíram para o engrandecimento desta Casa e do próprio Estado. Por representar iniciativa justa e humana, espera o autor mereça o Plano de Lei a aprovação deste Poder e sanção governamental.

## PROJETO DE LEI N.º 146-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Artigo Primeiro — Fica o Poder Executivo autoriza a arcar com todas as despesas provenientes do tratamento médico-hospitalar do Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza. O pagamento se refere às despesas contraidas desde o dia primeiro de janeiro do corrente ano até a data em que perdurar sua enfermidade.

Artigo Segundo — Para fazer face às despesas decorrentes desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial.

Artigo Terceiro — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.1973.

(a) Antonio Belinati

## JUSTIFICATIVA:

Verificando as leis em vigor no Estado do Paraná, não encontramos nenhum instrumento legal que permita ao Governo do Estado o pagamento de despesas contraidas com eventuais enfermidades do chefe do Poder Executivo. No caso específico do Professor Pedro Viriato de Souza, trata-se de cidadão que sempre dependeu dos vencimentos públicos. Não é dotado de grandes posses. Já teve, inclusive, segundo se sabe, que se desfazer de imóvel particular para saldar compromissos atinentes à sua doença. A doença que acometeu Sua Excelência demanda gastos elevados e, apesar da boa vontade dos familiares seu pagamento viria provocar um sacrifício no orçamento dos mesmos. Entendemos como válido o direito de todo cidadão que venha a ocupar tais relevantes funções ser amparado nas horas de dificuldades, na luta contra a doença como o faz no presente o nosso Governador. Levando em alta conta que o professor Parigot de Souza dedicou mais de 40 anos de sua vida pública em constantes atividades no Paraná, o presente projeto receberá a melhor acolhida por parte dos Nobres Pares.

## PROJETO DE LEI N.º 145-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem — DER, a Rodovia Intermunicipal que liga os Municípios de Rio Negro, Lapa e Antonio Olinto, neste Estado, para fins de implantação de revestimento, conserva e manutenção.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de junho de 1973.

(a) João Fadel

## JUSTIFICATIVA:

De há muito temos sentido a necessidade de o Poder Executivo transferir para a jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem — DER — a rodovia intermunicipal que liga os Municípios de Rio Negro, Lapa e Antonio Olinto, especificamente para fins de implantação de revestimento, conserva e manutenção determinação que se impõe pela importância econômica de toda a região, especialmente à época de escoamento das safras agrícolas e também dos produtos das indústrias extrativas ali existentes. Os Municípios

de Rio Negro, Lapa e Antonio Olinto projetando-se com destaque no processo de desenvolvimento daquela região, não têm tido, até o momento, por parte do Governo, aquela ótica de prioridade para o sistema rodoviário que seria de esperar-se, daí por que uma estrada de importância como a que se trata no presente projeto de lei, até agora encontra-se praticamente abandonada, sem nenhuma obra de conservação manutenção, com seu leito de rolamento praticamente intransitável em época de chuvas, causando prejuízos enormes aos que, obrigatoriamente, têm que usá-la como via de transporte da produção agrícola ou industrial aos grandes centros de consumo.

Por outro lado, atribuindo-se ao órgão estadual a responsabilidade da manutenção e conserva da estrada referida, estaremos facilitando em muito o escoamento normal de toda a produção agrícola e industrial daquelas cidades especificamente e, da região, em geral, devendo aqui ser ressaltado o que significa em arrecadação para o Estado o produto das indústrias extrativas que ali operam, somadas às fartas safras de gêneros de consumo imediato que, por sua natureza, devem ter facilitado seu depósito nas grandes comunidades urbanas dentro do menor prazo possível, pena de se deteriorarem.

Os Nobres Deputados certamente darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Existem hoje no Paraná dois sistemas de comercialização dos produtos agrícolas. Um é feito a vista, através de cheque, cujo pagamento é feito no ato da entrega do produto; e o outro, na maioria das vezes, é feito através da emissão de Notas Promissórias Rurais. Este sistema está causando uma série de embaraços, eis que muitas firmas que pagam a vista não podem concorrer com aqueles que pagam através de Notas Promissórias Rurais.

Com este sentido vimos à Tribuna, na tarde de hoje, para endereçar um Requerimento ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio expondo o seguinte: (Lê):

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e Após ouvido o Plenário, requer, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e Comércio, Doutor Marcus Vinícius Pratini de Moraes, ofício solicitando medidas para que o produtor rural não fique vinculado no aval de Nota Promissória Rural, emitida quando da venda de seu produto. Para ilustração de nossa solicitação passamos a expor:

1.º — Constitui hoje quase uma norma comercial que as operações da venda dos produtos agrícolas seja feita através de Nota Promissória Rural, e que são emitidas pelas firmas compradoras, sempre num prazo mínimo de 90 dias.

2.º — As mesmas são descontadas em estabelecimentos bancários, mais necessitam do aval do produtor rural, que assim apesar de já ter entregue sua legítima produção, fica garantindo ao Banco a sua fiel e total liquidação.

3.º — Constantemente verifica-se pedidos de falências e concordatas de firmas que emitem Nota Promissória Rural, trazendo conseqüentemente prejuízo ao produtor que terá de ressarcir ao Banco a importância recebida pela venda de seu próprio produto.

4.º — Acresce ainda mais um fator negativo, que é o de estabelecer certo privilégio às grandes firmas, principalmente as de origem estrangeiras, que, por inspirarem maior confiança ao lavrador, acabam por manipular o mercado ao seu inteiro sabor.

Entendemos que o sistema em apreço não justifica a sua continuação. Mister se faz de se dar total independência quando de comercialização dos produtos agrícolas, desvinculando de uma vez o produtor no ato da venda de seu produto. Para tanto, acreditamos que a instituição de um seguro obrigatório seria uma solução tranquilizadora. O mesmo deveria ser feito pelo comprador no ato da emissão da referida Nota Promissória Rural que o isentaria de qualquer responsabilidade quanto a boa ou má liquidação por acasão de seu vencimento.

Julgamos que o estabelecimento da norma de Seguro Obrigatório além de tranquilizar o produtor, traz um sentido de alto interesse para a lavoura e pecuária nacional, pondo fim a um temerário sistema de crédito eminentemente injusto para com os produtores que vivem se debatendo sempre com sérios problemas. Somente assim ficará o produtor a salvo da responsabilidade perante os estabelecimentos bancários de seu aval quando não liquidado pelo comprador que deveria ser na realidade o único devedor.

Necessário se torna que se dê todas as garantias ao produtor rural, para que após colher e comercializar o seu produto não venha a sofrer posteriormente qualquer prejuízo.

Acreditamos ainda que a instituição do Seguro Obrigatório possa não encontrar total cobertura no sistema atual de crédito interno, mais medidas especiais poderiam ser tomadas, a fim de que seja possível harmonizar os interesses entre produtores e compradores.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1973.

(a) Rosário Pitelli"

Esta, Srs. Deputados, a solicitação que pretendemos encaminhar ao Ministro da Indústria e Comércio para que dê apoio total ao agricultor que vende o seu produto. Não é justo que o produto comercializado, 90 dias após se não liquidado pela firma compradora, tenha que receber em devolução o dinheiro do agricultor.

Solicitamos pois aos eminentes Srs. Deputados, que se dê o apoio necessário para que assim, mais uma vez, possamos colher algum resultado em favor da classe tão sofrida que é a classe dos lavradores. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendia comparecer a esta Tribuna em data anterior, para manifestar a minha satisfação e solidariedade ao pronunciamento feito na Câmara Federal, pelo Deputado Flávio Juvini, em agosto do ano próximo passado, porém, apenas tomei conhecimento dos termos de seu discurso há poucos dias, na mesma oportunidade em que eu tomara também conhecimento de que estaria sábado próximo passado na cidade de Paranavai, o Ministro do Interior, Sr. Costa Cavalcanti, e, como tem relação o discurso de Sua Excelência o deputado Flávio Juvini, proferido na Câmara Federal, à visita do Sr.



Ministro na região Noroeste do Paraná, eu aguardar a chegada daquela autoridade à região do arenito, para então, após ouvido, sentir do Ministério a disposição de enfrentar o problema levantado pelo Deputado, na Câmara Federal, para então irmos aqui como fazemos agora, e falarmos da objetividade, da felicidade que teve o deputado Flávio Juvini quando solicitava das autoridades competentes atenção especial para o problema da erosão que grassa todo o Noroeste do Paraná. E vai além, pois a região do arenito alcança Mato-Grosso. Talvez, o Ministério motivado pelas palavras brilhantes e com a objetividade necessária daquele Deputado, fez-se presente, na pessoa do seu Ministro, Costa Cavalcanti, em Paranavai, que se fazia acompanhar de autoridades do BNOS e da SUDESUL, que levou pela primeira vez, que eu tenha conhecimento, aquela região, a atenção do Governo Federal.

Todos os Srs. Deputados sabem perfeitamente do mal que provoca a erosão; as chuvas, quando caem, em algumas cidades são recebidas com muito medo, com receio, porque as enxurradas levam, muitas vezes, partes de estradas e de ruas; a erosão desvaloriza a propriedade; diminui a produção rural; amedronta aqueles que pretendem construir na cidade, e os municípios não têm condições de atacar o mal porque a única maneira de combater a erosão, a mais eficiente ainda é a canalização das águas pluviais, os municípios não têm recursos para tal. Até agora, o que os municípios têm recebido é a ajuda do DEOE do Governo do Estado, quase sempre à base de convênios, de 40 a 50% para combater a erosão. Mas isto é irrisório, calculando-se o montante dos recursos necessários.

Disse o Ministro, em Paranavai, que, após estudo apresentado pela OEA em convênio com a SUDESUL, 4 cidades do Noroeste do Paraná são tomadas como núcleos principais para serem aplicados 10 milhões de cruzeiros, e são elas: Cianorte, Umuarama, Nova Olímpia e Paranavai.

Queremos crer que estes recursos não se restrinjam somente a estas cidades, porque outras tantas, talvez em número aproximado de 100 cidades tem necessidade da atenção dos recursos do Governo.

A minha presença na Tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, era para que esta Casa desse ciência ao deputado Flávio Juvini da nossa satisfação, da nossa solidariedade e do nosso agradecimento pela conquista que alcançou com o seu pronunciamento, levando para Paranavai, para o Noroeste o Ministro Costa Cavalcanti e demais autoridades relacionadas com a solução do problema.

Quero também externar ao Sr. Ministro, o agradecimento do Paraná pela atenção, pela sua visita e pela solução apresentada se não a prazo curto, mas a prazo médio e temos certeza que agora os Prefeitos encontrarão juntamente com os Sr. Ministro do Interior e Secretário de Viação e Obras do Estado, a solução e os recursos para combater o mal, o que é de suma importância para o nosso Estado.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Ocupo a Tribuna na tarde de hoje, para fazer a leitura de um discurso escrito pelo jornalista Ali Bark, cujo título é o seguinte: (Lê)

"É Preciso Salvar o Paraná  
A história está cheia de heresias contra o Ideal. Entre estas talvez a maior seja a que praticou Benito Mussolini, ditador de vida acidentada e trepidante, que começou com uma passeata, tomou o Poder com a audácia fulminante dos aventureiros, manteve-se através da sedução das massas e terminou seus dias tragicamente nas mãos dos guerrilheiros. A ditadura nunca se justifica, impõe-se pela força e Mussolini, genial em alguns aspectos, ingenuo noutros, vidente aqui, cego ali, fez e desfez, criou e destruiu, movido sempre por uma espécie de frenesi que o torturou até fechar os olhos para sempre. Mestre de Hitler, criou o que se chama "rapto da consciência". — Aquela privação do raciocínio, através da sedução sugerida, incutida até substituir os verdadeiros reflexos da mente. Sua maior arma era a sua verve de orador emérito, a sua teatralidade estudada, feita sob encomenda, dirigida a um povo naturalmente teatral. Era a evocação simbólica. A valorização do mito. Lembrou a um povo desanimado, exausto, empobrecido, da sua glória passada. Lembrou os dias retumbantes de poder do antigo Império Romano e ofereceu aos italianos a sua ressurreição. Foi olhado como Fenix. Foi endeusado, temido, odiado, execrado, adorado, obedecido, traído, tudo com um furor e paixão que só o italiano sabe dar. E a sua heresia, dentro desta nova ordem de força, foi a escolha do seu símbolo e do seu nome. Fascismo. Escolheu justamente, o que para Roma era o símbolo da representação popular, do poder do povo simbolizado na União das varas que formavam o "faccio". O faccio era a própria república. Era o povo no Governo, era o Senado. Os senadores levavam o faccio todas as vezes que iam para o Senado. Aquelas varas unidas por uma faixa apertada com uma lâmina de machado no todo era o povo unido e atuante de que o Senado era a voz. Tanta importância lhe davam os romanos que o lábaro sagrado da Pátria eram as letras S.P.Q.R. (Senatus populusque romanus). O Senado e o povo romano que o exército romano levava à frente, nas suas conquistas. Todos pensam no Romano como soldado. Esquecem que aquele soldado valente existia para garantir as instituições romanas e que aquele soldado era o jurista que assombrou e iluminou o mundo futuro com os princípios do Direito.

Que grande lição nos oferece a história de Roma e a história do Senado, neste momento difícil que o Paraná atravessa. O Paraná começa a agonizar, entregue às mãos de um grupo destinado de aventureiros, mussolinis medíocres, sem gênio e sem escrúpulo, cujo "faccio" é o seu interesse mesquinho e pessoal. Começou a agonizar enquanto o Brasil se acordava, enquanto o Brasil cumpre o seu destino nas rotas da sua revolução salvadora. O Paraná é um dever traído. Nesta hora de provocação e de caos, o paranaense volta os olhos para os seus representantes. O paranaense quer saber quem está do seu lado, quem está contra os seus inimigos, como os velhos senadores da História.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, após esse artigo do jornalista Ali Bark, nós gostaríamos de anunciar para a Casa que após mantermos contactos com o Líder da nossa Bancada, Deputado Maurício Fruet, deliberamos apresentar um projeto para a apreciação dos nobres Pares, cujo objetivo é o de autorizar o Poder Executivo Estadual a custear as despesas que estão sendo feitas no tratamento da enfermidade do Governador Parigot de Souza.

Muitas vezes ocupamos esta Tribuna ao lado de outros companheiros, condenando as falhas do atual Governo, condenando aqueles que se aproveitaram da enfermidade do Governador do Estado Parigot de Souza, e tentam entregar o Paraná a uma situação realmente redicula. Com algumas Secre-

tarias ainda estando muito distantes do Paraná que todos nós queremos, do Paraná em franco desenvolvimento; e não de um Paraná parado. Pois nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados que o Governador Parigot de Souza, com a grave enfermidade que o acometeu. S. Exa. não sendo um homem de grandes posses, não teria quem sabe, condições para custear, para pagar o seu próprio bolso as despesas que ora contrai com médico e com hospital. Sabemos até mesmo que o atual Governador já teve inclusive que se desfazer de imóvel de sua propriedade para pagar as despesas que são pesadas.

Qualquer cidadão sabe perfeitamente que uma operação, um internamento, num hospital hoje custa muito longe quem sabe, da economia popular, do nível de vida do nosso povo. E até mesmo o Sr. Governador, mesmo dirigindo os destinos do Paraná é bem provável que não tenha condições de arcar sozinho com essas despesas das mais elevadas.

O MDB sempre condenou as falhas do Governo, do sistema, mas respeitamos e já salientamos em várias oportunidades, o nosso respeito a figura humana do Senhor Governador do Estado. E é por isso que apresentamos este projeto com o caráter autorizatório, mesmo pertencendo ao Partido contrário, porque a nossa vontade, a vontade de todos os Srs. Deputados é que S. Exa. venha a se restabelecer.

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre orador que resta meio minuto, para o término de sua oração.

O SR. ANTONIO BELINATI — Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados era este o projeto que queríamos submeter à Casa, numa colaboração deste Poder Legislativo, porque o funcionalismo de vários Poderes tem assistência médico-hospitalar, muito falha é verdade, como o IPE que não dá a assistência que devia, considerando os elevados descontos que tem o funcionalismo do Estado em suas folhas de pagamento.

Mas, temos certeza que esta Casa estaria mostrando, à família do Governador, a sua solidariedade e a vontade que o Sr. Governador do Estado se recupere.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é nosso propósito desmerecer o trabalho de ninguém.

Não é nosso propósito, também, desconhecer os méritos daqueles que os possuem.

Mas temos a obrigação, como Deputados da Oposição, de procurar localizar, na administração do Estado, as suas deficiências, criticá-las e levá-las ao conhecimento daqueles que vivem no Estado do Paraná.

Ontem, compareceu a esta Tribuna o nobre Líder do Governo, Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, que, com o brilhantismo de sempre, fez a Casa e ao povo do Paraná, um relatório das atividades do Banco do Estado do Paraná.

Reconheço e admito que o Banco do Estado do Paraná está entregue a uma administração que tem, realmente, conhecimentos dos problemas bancários. Homens afeitos às lides bancárias, em decorrência de uma longa experiência funcional e que, portanto, leva para o principal estabelecimento de crédito do Estado toda sua longa experiência. Se existe muito de positivo, se existe bastante acerto na administração do Banco do Estado do Paraná, entendemos que, também, existe algo de errado. E entre essas coisas que reputamos erradas estão alguns deferimentos de vultosas operações determinadas por instância governamental. Contra isso que nos insurgimos e discordamos, como discordamos também daquilo que os Diretores do Banco do Estado do Paraná recebem a título geral de proventos.

O nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira referiu-se à taxa percentual, à redução da taxa percentual de incidência nos títulos da empresa que os Srs. Diretores auferem a título de gratificação.

Foi pena que o nobre Deputado, em lugar de se referir apenas à taxa percentual, não tivesse feito a brilhante exposição com números concretos, dizendo, afinal, quanto recebe cada Diretor do Banco do Estado do Paraná.

Quero discordar de S. Exa. e dizer que nada tenho contra o Sr. Diretor do Banco do Estado, nem contra qualquer de seus Diretores, o que me oponho é, inicialmente, contra o Estatuto do Banco do Estado, estatuto que admite que os Diretores percebam mais entre todos os funcionários mais bem pagos da Nação. Recebem mais que o Sr. Presidente da República, mais que o Sr. Governador do Estado. São, em resumo, aqueles funcionários da administração indireta, que pode ser situado entre os mais bem pagos da Federação.

Para que os Srs. tenham uma ligeira idéia, eu pretendo transmitir a esta Casa, em números redondos, aquilo a que o Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, Líder do Governo, transmitiu ao povo do Paraná em números percentuais. De fato, o Estatuto do Banco do Estado do Paraná, prevê para os Diretores — Presidente e Vice-Presidente, um percentual sobre o lucro de 1 décimo por cento e com base nesse Estatuto o Diretor Presidente e Vice-Presidente receberam, referente ao lucro do Banco no segundo semestre de 71, a importância de Cr\$ 144.337,99 (cento e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e sete cruzeiros e noventa e nove centavos) a título de gratificação, sem computar-se as importâncias referentes aos vencimentos propriamente ditos.

Esses vencimentos, somados a essa gratificação, perfazem ou perfaziam um total de quase 35 mil cruzeiros mensais.

Pois bem, veio o nobre Líder do Governo elogiar a atual Diretoria do Banco do Estado, porque eles, "ex ponte própria" reduziram essa taxa da incidência sobre os lucros da empresa. Reduziu a 1 décimo por cento para 0,75 e ainda assim não recebeu 0,75 nos dois últimos semestres e aceitou receber 0,50%.

Na verdade, houve uma redução da taxa percentual, mas ocorre que o lucro do Banco aumentou. Receberam 144 em 71, num semestre, mas em 72, embora essa redução "ex ponte própria", receberam 100 mil cruzeiros por semestre a título de gratificação, ou seja, 200 mil cruzeiros num ano, a título de gratificação.

Disse o nobre Líder do Governo, e usando palavras suas, que essa Diretoria contentou-se em reduzir a 0,50% a sua participação nos lucros da empresa. Devo dizer a V. Exa., nobre Deputado que eu também me contentaria. De fato receber 200 mil cruzeiros, a título de gratificação, é algo de contentar a qualquer um. Não veja portanto, e não sei se esse foi o propósito de V. Exa., generosidade alguma no "ex ponte própria" dos Srs. Diretores do Banco do Estado, em admitirem a redução de sua parte na participação dos lucros da empresa.



O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estou acompanhando com muito interesse a exposição que V. Exa. faz de sua Tribuna, interesse esse sempre demonstrado por mim quando V. Exa. a ela comparece, porque os assuntos abordados sempre são de grande importância para o Estado, como esse que V. Exa. aborda agora, do Banco do Estado do Paraná.

Fico satisfeito que V. Exa. concorde com os termos usados por este Deputado, com relação a expansão e sedimentação do Banco do Estado, em termos de evolução, em termos de crescimento como Banco oficial. Nisso estamos perfeitamente de acordo. V. Exa. volta a repisar um assunto que já tratou com muita propriedade, a respeito da participação dos Srs. Diretores nos lucros do Banco. Abordei o assunto ontem, ratificando informações já dadas a esta Casa, com relação ao comportamento dos Diretores, no que se refere a redução "ex ponte própria" da participação nos lucros. V. Exa., como eu ou como outros membros desta Casa, pode entender que a redução é pequena e que o ganho é muito grande.

Entretanto, não pode pairar dúvida que a atual Diretoria do Banco do Estado, nos termos do estatuto vigente, teria direito a perceber mais. Deixaram de perceber espontaneamente muito mais do que aquilo que perceberiam. Satisfizeram-se em receber menos. Este menos que digo não é em termos comparativos ao valor do ordenado mensal, mas em termos comparativos daquilo que podiam e tinham direito a receber. Reduziram espontaneamente. Foi neste sentido espontaneamente que me referi, contentaram-se em receber menos.

Entendo que os lucros auferidos são grandes. Respeito o ponto de vista de V. Exa. e daqueles que assim entendem. Entretanto, V. Exa. há de convir que a Diretoria, segundo os Estatutos, teria direito a perceber mais, porém espontaneamente recebeu menos.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço o aparte a V. Exa. V. Exa., através dele, esclareceu o seu entendimento. Essa Diretoria, a título de gratificação, recebeu no ano passado 400 mil cruzeiros quase 40, 35, 36 mil cruzeiros mensais, sem contar com os vencimentos propriamente ditos.

Agora, reduziu para 200 mil cruzeiros anuais que somados aos vencimentos dará uma importância superior a 30 mil cruzeiros mensais.

Sou contra o Estatuto do Banco do Estado, que é semelhante ao do Banco do Brasil, não corra a Diretoria.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). É bem provável que a redução foi feita unicamente para não ter que pagar mais imposto de renda.

Desejo lembrar a V. Exa. que no Rio Grande do Sul, no seu Banco do Estado, já não mais existe esta participação que ainda permanece no Paraná. Este meu aparte é de colaboração.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço a sua colaboração. O Banco do Estado do Paraná como, aliás, fazem todos os Bancos Oficiais dos Estados brasileiros cumprem o Banco do Brasil as normas que regem suas atividades, inclusive aquelas que trazem prejuízo aos funcionários. Tanto assim que para não ter que pagar, como faziam antigamente, a todos os funcionários vencimentos de escriturário, foi criada uma carreira, a exemplo do Banco do Brasil, de auxiliar de escriturário graças a qual, hoje admitem funcionários da mesma categoria que sempre admitiram, porém pagando menos. De acordo com os Estatutos do Banco do Brasil a sua Diretoria tem direito a taxa percentual sobre os lucros do estabelecimento. No entanto, essa gratificação é limitada a uma determinada quantia. Cada Diretor auferia "x" cruzeiros sobre os lucros da empresa, desde que não alterasse tantas vezes seus vencimentos mensais. Então isto, nós gostaríamos que também o Banco do Estado do Paraná copiasse dos estatutos do Banco do Brasil.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado, apenas para um esclarecimento pessoal.

V. Exa. que é "expert" na matéria poderia informar a esta Casa, qual é o limite da participação dos Diretores do Banco do Brasil, nos núcleos?

Qual é a percentagem admitida e qual o teto afixado?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Devo dizer a V. Exa., que a taxa, atualmente eu desconheço porque me encontro distante do Banco do Brasil cerca de 3 anos, mas essa limitação era da seguinte espécie: cada Diretor, como um Diretor do Banco do Estado, tem direito a x% a título de gratificação sobre o lucro da empresa, desde que esse lucro não ultrapasse a, por exemplo, 4 vezes, ou 5, ou 6 o que percebe o Diretor, a título de remuneração mensal.

Então esta é a limitação estatutária que o Banco do Brasil impôs. Porque, imagine V. Exa., no crescimento em que se encontra o Banco do Estado do Paraná, nós teríamos...

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Concorde, não há entre nós divergência com relação ao mérito. Creio que deva haver realmente uma limitação, e que esta seria a fórmula de normalizar essa atividade e essa percepção. Pessoalmente, digo a V. Exa. e a esta Casa que concordo com estes termos. Apenas, a título de esclarecimentos, V. Exa. citou o Banco do Brasil...

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — A forma, a maneira de limitação seria esta.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Eu gostaria de saber em dados; é x%?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Conheço a forma de limitação mas não conheço os limites. Mas digo a V. Exa. que conheço as formas de limitação. Justamente para se impedir que aqui, o Banco do Estado...

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. concorda com esta forma de limitação do Banco do Brasil, para o Banco do Estado do Paraná?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Depende dos termos em que ela seja colocada, porque, há de V. Exa. corvir comigo, que a mim é atribuída a função de fiscalizar o Banco do Estado e não o Banco do Brasil, que é um Órgão federal, e eu admito que cumprir esta obrigação independe dos termos, mas, eu vejo substitutivo para esta forma do Banco do Estado, no Projeto de Lei que o nobre Deputado João Mansur apresentou a Esta Casa, porque ele estabelece um a hierarquia cambial ao Banco do Estado, que não só atenderia o Banco do Estado como atenderia a todas as companhias de economia mista das quais o Estado é acionista majoritário.

Eu vejo no Projeto de Lei do Deputado João Mansur, a solução não só para o Banco do Estado, mas, a outros problemas iguais a este com referência às companhias de economia mista.

É por isto que eu me bato, e, quando ele voltar à apreciação desta Casa no mês de agosto, estaremos dando ao Estado do Paraná um exemplo de zelo, de preocupação com a coisa pública.

Uma vez mais eu compareço à presença desta Casa e do povo do Estado

do Paraná, para encarecer aos Srs. Deputados o máximo de atenção, o máximo de zelo para, em agosto próximo retornar este Projeto de Lei do autor do nobre deputado João Mansur, quando ofertaremos ao Paraná um exemplo da nossa preocupação com o dinheiro público, a exemplo do Estado da Guanabara quando aprovou através da Assembleia Legislativa, um Projeto de Lei que limitava os ganhos dos cartórios, limitava estes ganhos até o limite do que percebe o Ministro do Supremo Tribunal Federal. Os cartórios da Guanabara não concordaram com a atitude da Assembleia Legislativa, foram buscar o pronunciamento da Justiça e o Supremo Tribunal Federal decidiu que é constitucional o direito da Assembleia, de limitar os ganhos não só da administração direta, como também da administração indireta do Estado.

Foi assim uma decisão que ensina as Assembleias do País inteiro, o melhor caminho a proceder para corrigir de uma vez por todas esta situação que cria verdadeiras cascas de privilegiados. Enquanto os professores supletaristas recebem com atraso de sessenta a noventa dias os seus mínimos vencimentos.

É um objetivo de se corrigir esta situação que tenho certeza, a Assembleia Legislativa como representante junto ao Banco do Estado, há de traduzir os anseios do povo, há de traduzir a sua responsabilidade de representação, votando um projeto de Lei que em boa hora o próprio Presidente desta Casa resolveu remeter à apreciação do Plenário. Eu agradeço a V. Exa. a atenção e lamento não poder me demorar na Tribuna, tenho um compromisso com o deputado Antonio Maciel que trará ao conhecimento da Casa, problemas relacionados com a cafeicultura brasileira, da qual ele é profundo conhecedor. E tenho certeza que esta Casa se sentirá plenamente recompensada, pela explanação que S. Exa. trará a esta Casa.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para manifestar o meu contentamento pelo pronunciamento do nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, também ter declarado quanto ao mérito. Apenas, quero lamentar, que o Governador do Estado, tão generoso e complacente com a participação dos Diretores das Companhias de Economia Mista, tenha sido tão rigoroso com esta Assembleia, vetando um projeto que concedia aumento às viúvas de deputados.

É lamentável que estabeleça confrontos desta natureza, porque a mensagem que propunha o aumento às viúvas de deputados, foi remetido pelo próprio Poder Executivo. Era a observação que queríamos trazer ao conhecimento de V. Exa.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço a V. Exa. e apenas quero lembrar que viúva de deputado, não tem condições de bajular o governo nem de atender a interesses outros do Governo.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Pedindo desculpas pelo tempo, porque V. Exa. já declarou o desejo de deixar a tribuna para dar lugar a um outro parlamentar. Gostaria então de fazer uma observação ao pronunciamento do nobre deputado Luiz Roberto Soares. Realmente, eu concordo com o mérito do assunto que V. Exa. trouxe à debate nesta Casa, apenas, V. Exa. não pode esclarecer suficientemente, com relação à percepção de vencimentos e gratificações por parte dos diretores do Banco do Brasil. Eu lamento que isso tenha ocorrido porque V. Exa. citou o exemplo maior, porquanto, deve citar também os dados que fez com relação ao Banco do Estado, V. Exa. deve com muito propriedade citar os dados numéricos com relação também ao Banco do Brasil. E ainda com relação a um outro exemplo que V. Exa. citou sobre a Assembleia da Guanabara com relação aos cartórios. Quer me parecer que o exemplo não, diz respeito ao assunto tratado aqui por esta Casa. A Assembleia da Guanabara se restringe apenas a uma categoria de auxiliares da Justiça que são serventários mas o exemplo que V. Exa. trouxe da atuação da Assembleia da Guanabara é digno de ser registrado porque essa Assembleia está mostrando também ao País quem é o Governador da Guanabara, o emedebista Chagas Freitas que fez um declaração de bens segundo os jornais, notícias fraudulentas que chocou a Guanabara, uma Mensagem do Poder Executivo, elaborando o gabarito dos prédios centrais; por coincidência na hora em que S. Exa. o Governador era o proprietário da maior parte dos terrenos e dos prédios. Sem relação ao trazido ao conhecimento desta Casa pelo deputado Luiz Roberto Soares, eu afirmaria apenas à Casa que a Lei aprovada por esta Assembleia não é exatamente a mesma. Não abriga exatamente aquilo que dizia o projeto oriundo pelo Poder Executivo quando na chefia do Governo estava o eminente deputado João Mansur.

Portanto, antes de apreciar as razões deste voto, nós não poderemos entrar no seu mérito. Era apenas esta a observação.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço o aparte de V. Exa. E, encerrando, apenas para responder a observação que V. Exa. fez do Governador Chagas Freitas, da Guanabara, desde Governador do meu partido revela apenas se for verdadeiro que ele é um mero aprendiz de um governador do Partido de V. Exa. que foi o Sr. Haroldo Leon Peres, que governou nosso Estado, demitido a bem do serviço público.

O Sr. Wilson Brandão — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero dizer a V. Exa. que estou solidário a V. Exa. E dizer ainda, sem mais delongas que estive na semana passada no Banco Central do Brasil, na Guanabara, com a Diretoria daquele banco. Vou citar apenas para, num sentido de solidariedade a V. Exa. o seguinte: Um dos diretores do Banco Central do Brasil, que é um ex-colega de V. Exa., com 42 anos de funcionário, do Banco do Brasil, ele apenas ganha como Diretor e como os demais diretores, 10 mil cruzeiros mensais. Inclui este cidadão tem casa própria comprada pela Caixa Econômica.

Estamos assim, totalmente solidários a V. Exa. nesta campanha. A glória é de V. Exa. que despertou a Assembleia do Paraná no sentido de moralizar a situação dos diretores do Banco do Estado do Paraná.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço a V. Exa. a sua solidariedade e apenas para finalizar, uma vez mais, quero dizer ao Deputado Cândido Martins de Oliveira, que a comparação com os diretores do Banco do Brasil — trarei os dados, ainda assim não seria conseguida, porque comparando, só uma agência do Banco do Brasil na Capital do Estado, dá mais que lucro que o Banco do Estado do Paraná inteiro.

Era o esclarecimento.

Obrigado sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Dando prosseguimento ao Grande Expediente, concedo a palavra ao próximo orado inscrito, Deputado Antonio Maciel.



O SR. ANTONIO MACIEL — Sr. Presidente srs. Deputados.

A minha presença nesta Tribuna hoje é para ressaltar a situação difícil que se encontram os cafeicultores que estão renovando suas lavouras, para depois acrescentar o descaso que o Diretor de produção do IBC, Sr. José Paula Mota, vem fazendo contra o Paraná.

Como é do conhecimento de todos, a cafeicultura representa, neste Estado, a sua maior riqueza. E, por esta razão devem ser tratados os problemas concernentes à cafeicultura com carinho, com respeito porque são de alto interesse nacional.

A cafeicultura do Brasil inteiro se encontra bastante decadente. Implantado desde o tempo da escravidão, através de um programa racional, o Instituto Brasileiro do Café procurou fazer, e implantar uma nova cafeicultura dentro dos conhecimentos da nova tecnologia. Todavia, para executar um programa de tão grande envergadura é preciso que se coloque à frente desse Instituto homens que tenham convivência com a cafeicultura e conhecimentos suficientes para executarem devidamente seu regulamento já legado a um segundo plano.

Como os srs. têm visto, as estatísticas tem demonstrado que Minas Gerais já fez um plantio de 120 milhões de cafeeiros; São Paulo, 100 milhões e o Paraná ainda não atingiu 80 milhões. Simplesmente porque dentro da implantação das novas lavouras, o IBC julga maliciosamente e contra a política do Paraná e acrescentou um item, uma cláusula que os cafeais velhos, de idade avançada, anti-econômicos, quando fossem arrancados para se plantar novas lavouras tem-se que esperar dois anos.

E como todos sabemos as áreas mais propícias, no Paraná, para o plantio do café, já estão ocupadas por cafeais velhos que, a cederem lugar para os novos têm que esperar dois anos. Alegam os regulamentos, segundo fomos informados, que isso seria para evitar a doença chamada "dematóide". Mas é sempre feita a análise da terra com antecedência e só é autorizado o financiamento depois de provado que não há mais dematóide na área. E por essa razão os cafeicultores estão encontrando dificuldade para implantar a nova cafeicultura. Esta nova cafeicultura que vem sendo financiada pelo IBC, através do GERCA, Grupo de Racionalização da Cafeicultura. O primeiro plano que foi aplicado no período de 69-70, previa juros de 18% ao ano, dando 1,60 por cova. Chamava-se essa plera de "plano de emergência" e não teve aceitação devido os juros muito altos.

Um segundo plano veio em seguida com 1,60 por cova, com juros de 6% ao ano. Esse plano também não teve aceitação, porque 1,60 era insuficiente para implantação de novas lavouras. O plano de 71 previa 2,00 por cova com 6% de juros ao ano. E, finalmente, em 72, o plano era de 3,00 por cova e 3% de juro.

Portanto temos um plano fabuloso, porém aqueles que começaram as suas lavouras em 69, 70 ou 71, tiveram a infelicidade de ser atingidos pela geadada de 72. Isto é, do ano passado. E o IBC através de seus diretor dr. José de Paula Mota, Diretor de produção num gesto criminoso determinou que essas lavouras fossem replantadas até 30 de maio de 73. Replantar café no inverno, replantar café pelo sistema de mudas, no inverno no Paraná, já é contra-indicado, principalmente no mês de maio quando o cafeicultor que é também lavrador de outras lavouras de cereais, está na época da colheita. Não foi possível, assim, que esses cafeicultores satisfizessem o Diretor de produção porque isso não consta do Regulamento nem do contrato a exigência do replantio dos cafeais até 30 de maio.

Por esta razão, em nome da Comissão de Agricultura, da qual tenho a honra de ser Presidente, estive em Brasília, numa audiência com S. Exa. o sr. Ministro Marcos Vinicius Pratine de Moraes solicitando a S. Exa., para que desse uma oportunidade, para que permitisse a dilatação de prazo, até 30 de outubro de 73, após o inverno, para o replantio de cafeais no Paraná.

S. Exa. em princípio acatou essa reivindicação que desta tribuna muitos outros Deputados já fizeram. Imediatamente telefonou pessoalmente ao Diretor de Produção, no Rio, todavia, não foi possível encontrá-lo, porque estava no Paraná participando do II Encontro de Produtores Rurais. Por recomendação de S. Exa., o Sr. Ministro pedi audiência ao Sr. Diretor de Produção, dr. Paula Mota, com a Comissão de Agricultura, para que pudessemos levar esse assunto a ele. Inicialmente, disse S. Exa. que atenderia depois, por motivos diversos recusou-se a aceitar o convite da Comissão de Agricultura.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

As diversas intervenções que V. Exa. tem feito desta Tribuna, sobre esse gravíssimo problema da cafeicultura brasileira, tem sido de certa forma um alertamento às autoridades. Inicialmente, quero me parabenizar com V. Exa. porque tenho acompanhado o trabalho e o interesse que tem pela cafeicultura paranaense. Em pronunciamento que fizemos, apoiando afirmações anteriores de V. Exa., desta Tribuna, nós nos revoltamos até, em certa ocasião com certas atitudes do IBC, esse malfadado órgão criado para proteger a cafeicultura e que no entanto, tantos prejuízos tem trazido aos cafeicultores.

Falamos das viagens que têm sido propiciadas pelo IBC onde poucos imperadores do mundo inteiro viajam com uma comitiva tão grande e tem gasto tanto, como quando saem elementos do IBC para representar o Brasil em reuniões que se fazem fora do Brasil, quando se pretende reivindicar interesses para a cafeicultura. Criticávamos também, nobre Deputado, quando o IBC, que não tem nenhum representante do Paraná, e que não tinha nenhum representante apesar do Paraná ser o maior produtor do Brasil. Alertamos o que viria acontecer alertamos que o Brasil iria importar café, e vamos importar café, V. Exa. sabe disso. Portanto, quero apenas no início do pronunciamento que V. Exa. está fazendo de antemão me parabenizar e me colocar ao lado de V. Exa., porque necessário se faz que alguém responsável, que alguém que conheça e sinta esse problema, leve ao povo do Paraná e do Brasil, as informações sobre a política errada que tem sido adotada pelo IBC.

Queira Deus que as autoridades não pensem em criar um Instituto Brasileiro da Soja. A soja é uma nova riqueza que surge. Se o Governo entender de criar o Instituto da Soja, a exemplo do que aconteceu com o IBC, será o caos para o produtor de soja. O lucro auferido desta nova riqueza que desponta, vai diretamente ao agricultor. Se for criado o Instituto Brasileiro da Soja haverá limitações, desestímulos.

Quero parabenizar-me com V. Exa. e dizer que — mesmo sem ter o conhecimento que tem V. Exa. e outros Deputados, que como disse V. Exa., tem feito desta tribuna pronunciamentos a respeito do assunto toda a providência, toda a medida que V. Exa. entender de direito fazer, requerimento o expediente, de antemão, terá nosso apoio.

O SR. ANTONIO MACIEL — Agradeço o aparte do deputado Paulo Poli e diante de seu aparte vou mudar a sequência do meu discurso para ler, de

imediatamente, um requerimento que vou encaminhar à Mesa pedindo que seja enviado às autoridades. Desde já agradeço o seu apoio.

Ao Ministro da Indústria e Comércio, Marcos Pratini de Moraes, entreguei em mãos, em nome da Comissão de Agricultores, e para o qual neste momento pretendo solicitar o apoio de todos os srs. Deputados o seguinte expediente:

(Lendo): "Senhor Ministro.

Considerando o elevado espírito público e patriótico que V. Excia. vem demonstrando a frente do Ministério da Indústria e Comércio, torno a liberdade, como Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio da Assembleia Legislativa do Paraná, e em nome dos deputados componentes dessa comissão — Domicio Scaramela, Lázaro Dumont, Basílio Zanusso e Arizone Araújo — de expor a grave situação que se encontram muitos cafeicultores que obtiveram financiamentos para plantio de café no Banco do Brasil S.A. e Banco do Estado do Paraná S.A. através do plano de Renovação da Cafeicultura do IBC-GERCA.

Como é do conhecimento de V. Excia. em 1972 uma forte geadada atingiu a região cafeeira do Paraná, causando grandes estragos nos cafeeiros adultos e reduzindo violentamente a safra de 1973 (Estimada em 4 milhões de sacas, somente) e matando muitas lavouras novas que haviam sido plantadas com financiamentos do IBC-GERCA.

Devemos repetir e ressaltar, lavouras que foram plantadas, por verdadeiros cafeicultores, dedicados e honestos que, posteriormente foram destruídas pela geadada de 1972 e confirmado essa destruição em relatórios dos técnicos do IBC-GERCA ou dos Agentes financeiros.

Verdadeira desgraça para os cafeicultores e com graves consequências para a economia do Paraná e do Brasil. Além do aspecto econômico negativo aumenta assustadoramente a crise social pelo desemprego, na região cafeeira do Paraná, por falta da colheita do café.

Aliás, neste Estado, quando não há colheita de café para ocupar a mão de obra liberada, em maio-junho após as colheitas dos cereais (arroz, milho, feijão) e soja algodão etc.) a crise social pelo desemprego aumenta a verdadeiras levas de trabalhadores rurais acompanhados de esposa e filhos chegam as cidades onde dormem nos lugares públicos e mendigam pelas ruas durante o dia — quadro de miséria.

Portanto, neste ano 1973 o cafeicultor não terá renda e o trabalhador rural não terá no setor serviço com colheita de café, devido a geadada de 1972.

E para completar essa situação difícil que atravessam os cafeicultores e os trabalhadores rurais, o Sr. Diretor de Produção do IBC-GERCA, sr. Paulo Mota, ameaçou os cafeicultores do Paraná, em sua última visita a Curitiba, em 05.06.73, quando afirmou que mandará cancelar todos os contratos de financiamentos cujas lavouras cafeeiras foram destruídas pela geadada de 1972 e que não tenham sido replantadas com recursos próprios, isto é, sem financiamentos até 30.05.73.

Essa ameaça já é realidade, porque os Agentes Financeiros do IBC-GERCA, Banco do Estado do Paraná S.A. e Banco do Brasil S.A. já receberam ordens para encaminharemos para cobrança judicial esses contratos de financiamentos a partir de 21-6-73, portanto, desde então, como se os cafeicultores tivessem praticado atos criminosos. Os verdadeiros cafeicultores dedicados e honestos, que plantaram suas novas lavouras financiadas pelo Banco do Brasil S.A. e Banco do Estado do Paraná S.A. as quais posteriormente, foram destruídas pela geadada de 1972, estão desanimados e estarecidos com essa atitude do Diretor de produção do Instituto Brasileiro do Café, Sr. Paula Mota. O Sr. Paula Mota, além dessa infeliz e inoportuna ameaça, lança mensagem de pessimismo para justificar que é contra o prazo de até 30.10.1973 (portanto 5 meses de prazo) para os cafeicultores completarem o replantio, afirmando categoricamente: "para quem não replantou a lavoura de café até 30.05.1973, não adianta conceder prazo, porque não vão replantar mesmo...; conceder prazo até 30.10.1973, para os cafeicultores do Paraná é fazer PROSTITUIÇÃO DO CREDITO...; os Senhores precisam compreender que estamos num PAÍS tão POBRE que, para se construir uma PONTE, uma ESTRADA ou um PORTO, precisa de financiamento externo".

(Essas afirmações foram gravadas e televisionadas pela Federação da Agricultura do Paraná).

A conclusão lógica dessas afirmações é que não acredita nem no BRASIL nem nos cafeicultores.

Senhor Ministro, permita-nos, lembrar aqui as palavras que ouvimos de V. Exa. no dia 04.06.1973, quando nos concedeu audiência para tratarmos do mesmo assunto lá em Brasília: "... o desenvolvimento do BRASIL é tão grande que não há mais lugar para os pessimistas..."

As consequências das cobranças judiciais já iniciadas — em 21.06.73 conforme determinação do Instituto Brasileiro do Café — Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura aos Agentes Financeiros, no Paraná, serão tão graves que os Bispos de todo o Estado estão preocupadíssimos com o problema, temendo a grande crise social pelo desemprego, na região cafeeira.

Senhor Ministro, ontem, falando por telefone com o Bispo Diocesano de Campo Mourão D. Eliseu Simões Mendes, sugeriu-me para dizer, neste documento a V. Exa. que os cafeicultores do Paraná são os mesmos lavradores que cultivam milho arroz, feijão; soja; trigo; algodão; menta; rami, etc. e muitas vezes são, também, pecuaristas.

Como é do conhecimento de V. Exa. quando o agricultor sofre cobrança judicial, imediatamente, o seu crédito é cortado em todos os Bancos da praça, tanto o crédito pessoal como os financiamentos agrícolas.

Como consequência lógica, todos os cafeicultores que sofreram cobrança judicial estarão impedidos de obterem financiamentos agrícolas para as suas diversas atividades, daí, a preocupação dos Bispos porque será inevitável a dispensa em massa dos trabalhadores rurais das propriedades agrícolas.

A descapitalização dos cafeicultores é violenta por diversos fatores, porém, neste documento, pretendemos ressaltar, somente taxa de contribuição ou confisco cambial (30 dólares por saco aproximadamente) e ausência de produção econômica, neste ano, 1973 devido a geadada de 72.

Portanto, o cafeicultor não tem recursos para liquidar o financiamento obtido do IBC-GERCA para o plantio de café, como é desejo do sr. Paula Mota. Para liquidar, no momento, esse financiamento o cafeicultor vendendo em leilão público sua propriedade agrícola.

Será sem dúvida a maior injustiça que se cometerá com uma classe, porque além dos 30 dólares que os cafeicultores contribuem por saco de café (taxa de contribuição ou confisco cambial para o desenvolvimento da Nação, por certo, muitos assistiram o leilão público de suas propriedades agrícolas como resultado das cobranças judiciais executadas pelo Instituto Brasileiro do Café-Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura.



Devemos repetir e ressaltar, mais uma vez, estamos solicitando prazo, até 30.10.73 para que os verdadeiros cafeicultores dedicados e honestos que plantaram suas lavouras, e posteriormente, destruídas pelas geadas de 72 e confirmada essa destruição pelos técnicos do IBC-GERCA ou dos Agentes Financeiros em seus relatórios.

Portanto, estamos defendendo os verdadeiros cafeicultores e não os aventureiros que insinuou o Sr. Paula Mota, em Curitiba.

Sr. Ministro, V. Exa. é sem dúvida alguma a esperança dos cafeicultores para resolver esse grave problema. E, também a esperança da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio da Assembléia Legislativa do Paraná, porque mesmo com a recomendação de V. Exa. dada, pessoalmente em Brasília no dia 4.6.73, em audiência para que expussemos este grave problema do Diretor da Produção Sr. Paulo Mota, imediatamente, em 5.6.73, solicitamos dele uma audiência em Curitiba todavia, ele inicialmente, disse que seria um prazer receber os deputados da Comissão de Agricultura e depois, quando terminou sua palestra no 2.º Encontro de Produtores Rurais, recusou receber essa comissão e regressou para o Rio de Janeiro.

Finalmente, solicitamos de V. Exa. confiantes, no seu elevado sentimento patriótico.

1) Determinar ao IBC-GERCA para cancelar as ordens de cobranças judiciais dadas aos Agentes Financeiros Banco do Estado do Paraná e Banco do Brasil S.A. imediatamente se possível ainda hoje, porque o prazo inicial está marcado para dia 21.6.73, portanto desde ontem;

2) determinar ao IBC-GERCA para conceder prazo para o replantio aos cafeicultores até 30.10.73.

Nestas considerações finais, devemos solicitar de V. Exa. em nome dos agricultores da GRANDE NAÇÃO BRASILEIRA, para sugerir colaborar e intervir junto ao Conselho Monetário Nacional, através da Comissão Consultiva de Crédito Rural a criação SEGURO AGRÍCOLA, porque não é possível, num país, ainda, essencialmente agrícola não existir esse moderno e racional instrumento de segurança aos lavradores.

E como medida provisória e paliativa até a criação do Seguro Rural, acrescentar nos contratos de financiamentos agrícolas, uma cláusula, nestes termos: ocorrendo um sinistro comprovado pelo Agente Financeiro, ficará o contrato prorrogado pelo igual prazo de contratação para sua liquidação, conservando a mesma taxa de juros e as mesmas prestações, em valor e data de pagamento. Consideramos injusta a intenção do IBC-GERCA de mandar fazer cobrança judicial porque a lavoura foi atingida por geada e, também porque não há SEGURO AGRÍCOLA, no Brasil. Na certeza de um despacho favorável de V. Exa. apresentamos os nossos sinceros agradecimentos em nome dos cafeicultores do Paraná.

Srs. Deputados, foi este o requerimento que entreguei pessoalmente ao Sr. Ministro, em Ponta Grossa, no dia da inauguração do complexo industrial da SAMBRA, o fiz em meu nome e em nome da Comissão e gostaria que a Assembléia do Paraná o aprovasse e remetesse depois às autoridades competentes como um alerta e como uma necessidade que exige a cafeicultura do Paraná. Encaminho este Requerimento, já em poder do nosso Presidente e, solicitando também já encaminhado à Presidência, o seguinte Requerimento: (Lê): — O Requerimento lido encontra-se publicado na Hora do Expediente).

Porque são estas autoridades responsáveis pelas decisões do Conselho Monetário Nacional. Somente com a colaboração dessas autoridades é que eu acredito que o Paraná poderia obter esta prorrogação que não é nenhum favor porque uma classe como a de cafeicultores que contribui com 30 dólares por saca de café colhida e que pede apenas um prazo de 90 dias, passando o período do inverno para completar uma obrigação contratual, é muito racional.

O sr. Rosário Piteli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Primeiramente queria cumprimentar por esse pronunciamento tão oportuno que faz em favor da cafeicultura paranaense pelo que V. Exa. expôs. o sr. Diretor do IBC, Paulo Mota, se declarou publicamente inimigo número um dos cafeicultores paranaenses. Isto é de se lamentar; um homem que ocupa um cargo tão importante fazer um juízo tão temerário dos nossos agricultores.

Mas realmente esta ameaça que se faz contra os nossos cafeicultores plantadores de café, que em tão boa hora vem colaborando para que a nossa cafeicultura não decaia tanto, está causando um sério transtorno a todos os produtores.

Fizemos da tribuna há pouco tempo, um pronunciamento e Requerimento, solicitando que se concedesse aos plantadores de café que tiveram suas lavouras geadas, um prazo de 2 anos para pagamento da sua dívida. Pois temos que considerar que se o lavrador plantou seu café e foi pego pela geada, além de pagar o dinheiro, ele não teve a produção necessária. Por isso, para replantar mostras, aquelas IBC, dera novo alerta e com uma cobertura muito maior não só com relação aos prejuízos anteriores, mas estímulo para que se possa plantar os cafeais.

Fica de parabéns V. Exa. por este pronunciamento. E eu tenho certeza que das levantadas desta Assembléia, teremos pelo menos algumas vantagens para trazer aos nossos lavradores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica ao nobre orador que restam 2 minutos para o término de sua oração.

O SR. ANTONIO MACIEL — Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o nobre Deputado Rosário Piteli o aparte e o apoio por este pronunciamento de V. Exa.

E devo comunicar ao nobre Deputados Rosário Piteli que durante a minha audiência com o Sr. Ministro Pratini de Moraes S. Exa. lembrou-se de V. Exa. e mostrou-me um documento que atestava que V. Exa. havia reivindicado sobre o mesmo assunto.

Portanto, este nosso pronunciamento vai apenas completar aqueles outros já feitos, tantas vezes, desta Tribuna. inclusive por V. Exa.

O sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, estou ouvindo com muita atenção o brilhante pronunciamento de V. Exa., pronunciamento de profundo sentido social e econômico e que causou profunda admiração, porque não o sabíamos tão conhecedor dessa matéria. Mas, desejo fazer uma pergunta: V. Exa. tem conhecimento de alguma atitude, algum ato, da parte do Governo do Estado com relação a essa tão importante matéria, a esse importante problema vital para a economia de nosso Estado?

O SR. ANTONIO MACIEL — Agradeço o aparte do nobre Deputado e devo dizer o seguinte: essas cobranças tinham sido marcadas para dia 21, portanto, há seis dias apenas que os agentes financeiros estão com ordem para essa cobrança. E como dia 21, quinta-feira, foi feriado, sexta-feira houve uma inauguração em Ponta Grossa depois veio sábado e domingo e hoje é o terceiro dia útil. Portanto, desconheço se a Secretaria da Agricultura tomou conhecimento do problema.

Só quero lembrar que estranhei muito a atitude do Sr. Presidente do IBC. Porque, quando em 53, as lavouras do Paraná foram dizimadas, o Governo dilatou o prazo para quatro anos. Em 1955, repetiram-se as geadas e o Governo Federal deu mais 4 anos de prazo. E, posso afirmar, como bancário que sou, que nunca vi um cafeicultor dar prejuízo. Sempre pagam corretamente.

O sr. Iris Caldart. — Mas acontece que, já há alguns meses, V. Exa. como membro da Comissão, e vários Deputados desta Casa, vem se pronunciando a respeito e não vi não tive conhecimento, de nenhuma atitude, por parte do Governo do Estado a respeito. Por isso minha estranheza. Nem hoje nem antes, nem ouvi um pronunciamento do Governo a respeito desse problema tão crucial para a economia de nosso Estado.

O sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para fazer uma sugestão no sentido de que o discurso proferido por V. Exa. seja encaminhado, na íntegra, às autoridades competentes, inclusive ao Sr. Ministro da Agricultura e ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, porque os fatos que V. Exa. traz a Casa, neste momento, são, realmente de muita gravidade para a história da cafeicultura do Paraná.

E penas esta sugestão que queria consignar ao mesmo tempo que quero congratular-me pela oportunidade, pelo denodo, pela coragem e pela proficiência com que V. Exa. se houve na sustentação desse problema tão crucial para os destinos deste Estado.

(Soam os tímpanos). — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença no Plenário do Dr. Alceu Swarowski, digníssimo Prefeito de Rio Negro, dos Srs. José Novais Poro e Amadeus Marques de Oliveira, respectivamente Prefeito e Vice-Prefeito de Fênix, do Sr. Anézio de Souza, digníssimo Prefeito de Ribeirão do Pinhal e do Sr. Adércio Coleado Bueno, digníssimo Vice-Prefeito de Abatiá.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados, membros da Comissão de Constituição e Justiça, sua presença na última reunião, depois do encerramento desta Sessão.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 317/66, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria a estrada que liga as sedes dos municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 317/66

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada com a extensão aproximada de 8 (oito) quilômetros, que liga as sedes dos Municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-6-73

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível — Ass. ilegível) — Relatores

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 140/71, que autoriza o Poder Executivo criar mediante decreto, uma Inspeção de Ensino, em Capanema e com Jurisdição nos municípios que especifica. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 140/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar, mediante decreto, uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município de Capanema, com jurisdição além do Município sede, nos seguintes Municípios: Planalto Pérola do Oeste, Santa Izabel do Oeste, Realeza e Capitão Leônidas Marques.

Art. 2.º. Para atender o disposto no artigo 1.º, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no artigo 6.º da Lei n.º 5.821, de 03 de agosto de 1968, os seguintes cargos de provimento em comissão:

1) — no inciso I, um cargo de Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3-C;

2) — no inciso III, um cargo de Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C e

3) — no inciso IV, um cargo de Inspetor de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 3.º. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-6-73

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível — Ass. ilegível) — Relatores

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 51/72, que autoriza o Poder Executivo proceder o alargamento da estrada que liga o Distrito de Santa Zélia, Município de Astorga, à sede do Município de Guaraci. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 51/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder o alargamento



da estrada que liga o Distrito de Santa Zélia do Município de Astorga, à sede do Município de Guaraci.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-6-73

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Ass. ilegível — Relatores

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 124/72, que autoriza o Poder Executivo criar, integrado na Estrutura Administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, o "Museu das Etnias". — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 124/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Museu de Etnias, integrado na estrutura administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-6-73

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Ass. ilegível — Relatores

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 149/72, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão à Ampére via Jacutinga. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 149/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem para fins de conservação e melhoria o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão à Ampére via Jacutinga.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18-6-73

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Ass. ilegível — Relatores

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 1/73, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Convenção Batista Paranaense, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 7/73, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), à Edwige Vitoslaswski, ex-Professora Primária do Município de Almirante Tamandaré. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/73, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na cidade de Cambira. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70/73, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor Walter Peracchi Barcellos. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83/73, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública a "Associação do Bem Estar do Tuberculoso", com sede na cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 210/72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil — BENFAM", com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 33/72, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva doar a Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, o imóvel que especifica, situado em Caiobá, Município de Matinhos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.T.I.C. e C.F. — **Aprovado.**

#### MENSAGEM

33/72

Curitiba, 28 de julho de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva doar à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, o imóvel que especifica, situado em Caiobá, município de Matinhos, neste Estado.

A Companhia de Telecomunicações do Paraná, com vistas à execução de plano de ampliação da rede telefônica da região compreendida pelos municípios do litoral paranaense, pretende construir uma nova Central Telefônica em Matinhos para, ainda neste ano, colocar à disposição dos usuários um grande número de novos telefones. Com esse objetivo aquela Companhia procedeu estudos no sentido de que a referida central telefônica venha a ser localizada em ponto que reúna as condições técnicas ideais e necessárias ao perfeito funcionamento do sistema.

Assim sendo e tendo tais estudos indicado para aqueles fins, o imóvel em questão, está plenamente caracterizado o alto interesse da Administração e da Coletividade na medida consubstanciada no Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis.

Certo de que o anteprojeto de lei encaminhado merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitro a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, um lote de terreno medindo 20,00 (vinte) metros de frente por 35,00 (trinta e cinco) metros de fundos, situado no município de Matinhos, localidade de Caiobá, havido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 2.681, fls. 219, d. olivro 3.D. do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá, deste Estado.

Art. 2.º. O imóvel objeto da doação de que trata a presente lei, deverá ser utilizado pela Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, na construção de prédio destinado a instalação da Central Telefônica de Matinhos.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 125/72

#### PARECER

A presente Proposição originária de Mensagem Governamental, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel que especifica, situado no Município de Matinhos, à Companhia de Telecomunicações do Paraná.

Inexistem objeções de ordem legal ou constitucional, pelo que opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 20-8-72

aa) — Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Emílio Carazzai

Paulo Camargo

Cândido M. M. de Oliveira

Luiz Roberto Soares

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PROJETO DE LEI N.º 125/72

AUTOR: Poder Executivo

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel de sua propriedade à Telepar, para construção e instalação da Central Telefônica de Matinhos.

#### PARECER

1.º — O projeto mereceu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça.

2.º — Sendo das mais meritórias a destinação do imóvel a ser doado, pois representará, sem dúvida, benefício para a população litorânea de nosso Estado, não vemos óbice a antepor.

3.º — Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Ass. ilegível — Relatores

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PARECER

1. Tratam os Autos de Mensagem Governamental n.º 33/73, capeando Projeto de Lei n.º 125/72, que autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR —, imóvel constituído por um (1) lote de terreno medindo 20,00 (vinte) metros de frente por 35,00 (trinta e cinco) metros de fundos, situado na localidade de Caiobá, município de Matinhos, e que deverá ser utilizado pela beneficiária na construção de prédio destinado à instalação da Central Telefônica de Matinhos.

2. Tratando-se de doação, entendemos deveria estar a mesma gravada com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, bem como fixado o prazo de início das obras pela beneficiária.

3. Por outro lado a mensagem e o projeto de lei em testilha esteiam-se em permissivo constitucional que lhes legitima a origem, além de tratar-se de iniciativa de evidente interesse público, pelo que não há como negar-se parecer favorável ao mesmo.

4. Assim e expressando aqui a necessidade de que o Poder Executivo em despacho saneador, quando lhe subir o projeto de lei para sanção, se aprovando, estabeleça aquelas condições citadas no item 3, deste, somos pela aprovação.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 23 de abril de 1973.

Dep. João C. Fadel — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 205/72, aprova acordo n.º 07/72, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando diagnóstico institucional dos Órgãos de Saúde do Estado, conforme protocolado n.º 3.447/72 da SUDESUL. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22/73

Art. 1.º. Fica aprovado o Acordo n.º 07/72, celebrado em 6 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — objetivando a realização do Diagnóstico Institucional dos Órgãos de Saúde do Estado, de acordo com o Plano de Aplicação e especificações constantes do processo protocolado na SUDESUL sob n.º 3447/72.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de abril de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Relator

(Ass. ilegível)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PARECER

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 62/72 — PROPOSIÇÃO N.º 205/72

1.º — Com a Mensagem em exame objetiva o Sr. Chefe do Executivo Estadual alcançar a aprovação desta Casa para o Acordo n.º 07/72, celebrado em 6 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — objetivando a rea-



lização do Diagnóstico Institucional dos Órgãos de Saúde do Estado, de acordo com o Plano de Aplicação e especificações constantes do processo protocolado na SUDESUL sob n.º 2447/72.

2 — Com a celebração do Acordo acima referido exercita o Sr. Chefe do Poder Executivo competência que lhe é deferida pela Constituição Estadual em seu Art. 47, Inciso IX, cabendo a Assembleia referendá-lo, na forma prescrita pelo art. 22, Inciso VII da mesma Constituição.

3 — Para esse efeito propomos à consideração do Plenário o Projeto de Resolução que vai anexo.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Relator

(Ass. ilegível)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22/73

I — De autoria da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, o presente Projeto de Resolução, (ex-Proposição n.º 205/72), aprova o Acordo n.º 07/72, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, objetivando a realização do Diagnóstico Institucional dos Órgãos de Saúde do Estado, conforme o Plano de Aplicações e especificações constantes do processo protocolado na Sudesul sob n.º 3.447/72.

II — Do ponto de vista financeiro, que esta Comissão deve examinar, o Projeto está em condições de ser aprovado.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 22-05-73

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Alvaro Dias

(Ass. ilegível)

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22/73 — Mensagem n.º 62/72 — Ex-Proposição n.º 205/72 — Aprova acordo n.º 07/72, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando Diagnóstico Institucional dos Órgãos de Saúde do Estado, conforme protocolado n.º 3.447/72 da SUDESUL.

#### PARECER

Sobre ponto de vista de ordem legal e financeiro, as Comissões de Justiça e Finanças deram seus pareceres Favoráveis ao Acordo n.º 07/72, oriundo de Mensagem Governamental. Mas, esta Comissão de Saúde Pública, não tendo dados no que diz respeito as especificações da aplicação do plano na área restrita da Saúde ou Medicina, deixa de entrar no mérito da matéria, pois o protocolado n.º 3.447/72 da SUDESUL, que relata como será feito o Diagnóstico Institucional nos Órgãos de Saúde do Estado, não acompanha o presente processo. Assim sendo, esta Comissão mesmo na falta do Plano de Aplicação do Acordo, entende que o mesmo tem seus méritos e trará benefícios aos Órgãos de Saúde do Estado e dá seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Domicílio Scaramella — Relator

#### MENSAGEM

62/72

Curitiba, 10 de novembro de 1972

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n.º 07/72, celebrado em 6 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — objetivando a realização do Diagnóstico Institucional dos Órgãos de Saúde do Estado, de acordo com o Plano de Aplicação e especificações constantes do processo protocolado na SUDESUL sob n.º 3447/72.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/ Capital

#### ACORDO N.º 07/72

Termo de Acordo celebrado entre a SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL — SUDESUL — e o Governo do Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — autarquia federal criada pelo Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-lei n.º 576, de 08 de maio de 1969, e pelo Decreto-lei n.º 840, de 08 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, ao final assinado, na forma do artigo 15 do citado Decreto-lei n.º 301, doravante designada simplesmente "SUDESUL", e o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado por sua Excelência Senhor Secretário de Estado dos Negócios do Governo do Paraná Doutor Ivo Simas Moreira, também ao final assinado, doravante designado simplesmente "GOVERNO", têm justo, certo e combinado a celebração do presente Acordo, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — O presente ACORDO objetiva a realização do Diagnóstico Institucional dos Órgãos de Saúde do Estado do Paraná, de acordo com o Plano de Aplicação e especificações constantes do processo protocolado na SUDESUL sob o número 3447/72, os quais fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo Único — Os itens do Plano de Aplicação e as especificações do Projeto poderão ser modificados, mediante solicitação fundamentada por parte do "GOVERNO", desde que não resulte alterada a classificação Orçamentária e haja aprovação pela "SUDESUL".

CLÁUSULA SEGUNDA — A "SUDESUL" contribuirá para a execução do acordado neste ato com a importância de Cr\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros), empenhada sob os números 724 e 725 em 23 de agosto de 1972, cuja

despesa correrá por conta do Orçamento-Programa de 1972, classificada como segue: PROGRAMA: Administração; SUB-PROGRAMA: Planejamento e Organização; PROJETO: 01.08.1.029 — Estudos básicos de Planejamento regional, espacial e setorial; PROJETO ESPECÍFICO: Diagnóstico Institucional dos Órgãos de Saúde do Estado do Paraná; CÓDIGO: 3.1.3.0 — Serviços de terceiros: Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros); 4.1.2.0 — Serviços em regime de programação especial: Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); TOTAL: Cr\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros).

Parágrafo Primeiro — O pagamento referente à contribuição da "SUDESUL" mencionado nesta cláusula, será feito de uma só vez, após a assinatura do presente ACORDO.

Parágrafo Segundo — Toda e qualquer despesa que exceder à contribuição da "SUDESUL", na execução do acordado neste ato, correrá por conta do "GOVERNO".

Parágrafo Terceiro — A importância recebida pelo "GOVERNO" será, obrigatoriamente, depositada no Banco do Brasil S.A., em conta vinculada.

Parágrafo Quarto — Após a assinatura do presente ACORDO, para o "GOVERNO" habilitar-se ao recebimento da contribuição a que se refere esta cláusula, compromete-se a pagar à "SUDESUL" o seguinte:

- Cr\$ 1.100,00 (um mil e cem cruzeiros), para o custeio das despesas de fiscalização a ser feita pela "SUDESUL";
- O custo da publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Rio Grande do Sul.

Parágrafo Quinto — A prestação de contas do "GOVERNO" será feita dentro do prazo de 3 (três) meses contados do término do prazo estabelecido na cláusula seguinte, com os documentos originais correspondentes e organizados em forma contábil, observadas as exigências do Código de Contabilidade Pública, acompanhada de demonstrativos, balancetes e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentadas pela "SUDESUL".

Parágrafo Sexto — Os saldos dos recursos mencionados nesta cláusula, porventura inaplicados, reverterão aos cofres da "SUDESUL", por ocasião da Prestação de Contas.

CLÁUSULA TERCEIRA — O "GOVERNO" se compromete a concluir o empreendimento, objeto deste ACORDO, num período de 18 (dezoito) meses, contados da data do pagamento a que se refere o parágrafo primeiro da Cláusula anterior.

Parágrafo Único — O prazo mencionado nesta Cláusula poderá ser prorrogado, no caso de surgirem motivos de força maior, devidamente comprovados, por solicitação do "GOVERNO" e com o consentimento da "SUDESUL".

CLÁUSULA QUARTA — O "GOVERNO" se compromete a imprimir em todas as publicações e materiais, relacionados com os serviços acordados neste ato, os seguintes dizeres: "MINISTÉRIO DO INTERIOR — CONVÊNIO COM A SUDESUL".

CLÁUSULA QUINTA — Caberá à "SUDESUL" participar no planejamento e na execução do diagnóstico objeto deste ACORDO e o direito de fiscalizar a qualquer tempo o andamento dos serviços do mesmo, independentemente da prestação de contas que o "GOVERNO" está obrigado a apresentar, conforme o estabelecido no parágrafo quinto da Cláusula segunda.

Parágrafo Único — Caberá ao Departamento de Recursos Humanos, através de sua Divisão de Saúde, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo disposto no artigo 29 do Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA SEXTA — O "GOVERNO" apresentará relatório dos resultados do ACORDO, dentro do prazo estipulado para prestação de contas, e independentemente desta.

CLÁUSULA SÉTIMA — O "GOVERNO", por seu titular ou por sua delegação, atestará a prestação de serviços do pessoal, técnico ou não, aplicado na execução do presente ACORDO.

CLÁUSULA OITAVA — Na aquisição de equipamento ou na execução de serviços, deverá o "GOVERNO" observar as disposições do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, artigo 125 "usque" 144.

CLÁUSULA NONA — O período de vigência deste instrumento será de 30 (trinta) meses, contados da data do pagamento a que se refere o parágrafo primeiro da Cláusula segunda.

CLÁUSULA DECIMA — A falta de cumprimento de qualquer das condições aqui estabelecidas importará na imediata rescisão do presente ACORDO. Se o inadimplemento for imputável ao "GOVERNO", este ficará obrigado a restituir a importância recebida, diretamente aos cofres da "SUDESUL", dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interposição judicial ou extra-judicial.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA — As partes de comum acordo elegem o Foro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão fundada no presente Acordo.

E, por estarem acordes, mandaram que eu, (assinatura ilegível), Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 9 (nove) vias de igual teor e forma, datilografado em 5 (cinco) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica (sinal), que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes acordantes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Porto Alegre, 06 de outubro de 1972.

"SUDESUL", Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, Superintendente  
"GOVERNO", Doutor Ivo Simas Moreira, Secretário de Estado dos Negócios do Governo do Paraná.

Testemunhas:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Firmas reconhecidas no original).

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs. 70-73 e 83-73.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs. 116-71 — 172-72 — 207-72 — 1-73 — 7-73 — 10-73 — 14-73 — 25-73 — 27-73 — 31-73 — 80-73 e aos Projeto sde Resolução n.ºs. 34-73 e 35-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 108-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente, ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja estudada a possibilidade visando a extensão de uma turma do Colégio Comercial de Campo Mourão para Nova Cantú, e do Colégio Comercial Barão de Mauá de Ivaiporã, para Jardim Alegre. — **Aprovado.**



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Diretor do Detran, visando a instalação de uma Circunscrição de Trânsito em Ivaiporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de determinar, ao Departamento Municipal competente, urgentes providências que redundem no imediato fechamento do canal original do Rio Juvevê, da Rua Souza Naves à Av. Afonso Camargo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja enviado Expediente ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, no sentido de que sejam tomadas medidas, a fim de que o produtor rural não fique vinculado ao aval de Nota Promissória Rural, emitida quando da venda de seu produto. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de uma ponte sobre o Rio da Varzea, na estrada que interliga os municípios de Rio Negro - Lapa e Antônio Olinto. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Maciel, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhadas cópias de documento aos Srs.

Presidente da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Indústria e Comércio e ao Presidente do Instituto Brasileiro do Café e Ministro da Agricultura. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 210-72.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125-72 e do Projeto de Resolução n.º 22-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 216-69 e 207-70.

Marcando ainda, Sessão Ordinária, para sexta-feira, dia 29, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs. 34-73 — 35-73 e 41-73, e dos Projetos de Lei n.ºs 116-71 — 148-72 — 172-72 — 207-72 — 1-73 — 7-73 — 10-73 — 14-73 — 25-73 — 27-73 — 31-73 — 32-73 — 49-73 — 70-73 — 80-73 e 83-73.

Levanta-se a Sessão.